

REFORMA DO ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DISPUTAS NA CONSTITUIÇÃO DE UM ENSINO MÉDIO DO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Liciane de Souza e Souza,

Ronaldo Marcos de Lima Araújo

A presente discussão insere-se em uma trajetória investigativa que tem tomado a relação entre política educacional, Ensino Médio e Educação do Campo como campo de problematização. Essa trajetória teve início no âmbito do mestrado em Educação e encontra continuidade, em nível de doutorado, na investigação sobre as disputas em torno do projeto formativo que orienta o Ensino Médio do Campo na Amazônia Paraense. Este trabalho, de natureza teórico-documental constitui um recorte dessa pesquisa em andamento e inscreve-se nos marcos epistemológicos do Materialismo Histórico-Dialético. Para tanto, tem-se como objetivo analisar as disputas que atravessam a atual política de Ensino Médio brasileiro, tomando como particularidade, as tensões com as formulações historicamente construídas pelo Movimento por uma Educação do Campo no contexto das recentes reformas.

A problemática que norteia esta discussão parte da compreensão de que o Ensino Médio constitui uma etapa da educação básica historicamente atravessada por disputas em torno de suas finalidades, organização e função social, sobre a qual incidem diferentes projetos de formação vinculados às correlações de forças que se configuram em cada período histórico. Nessa perspectiva, as reformas que incidem sobre essa etapa expressam disputas mais amplas pela direção da formação humana no interior da sociedade (Ferretti; Silva, 2017). No que tange a reforma do Ensino Médio desencadeada em 2016 pela Medida Provisória nº 746 e instituída pela Lei nº 13.415/2017, esta se inscreve, em uma racionalidade formativa fortemente orientada pelos postulados da Teoria do Capital Humano, na qual os processos formativos são subordinados às exigências econômicas (Ferreti, 2018).



Orientada sob esse postulado a reforma estabelece que seus pressupostos devem ser igualmente considerados na organização dos currículos e propostas pedagógicas das diferentes modalidades de ensino, dentre elas, a Educação do Campo (Brasil, 2018). Contudo, essa determinação tensiona as possibilidades de desenvolvimento de projetos formativos ancorados nos marcos da Educação do Campo que, enquanto projeto político-educativo forjado no interior das lutas dos/as trabalhadores/as do campo, demanda um projeto de campo, de sociedade e de formação, cujas finalidades sociais não estejam subordinadas ao projeto hegemônico do capital (Caldart, 2009). Seu movimento, político-educativo, social e epistemológico, constitui-se historicamente vinculada às lutas sociais dos povos do campo contra projetos educativos e societários marcados pela precariedade e desigualdade (Caldart, 2009).

A racionalidade que subjaz a reforma do Ensino Médio, por sua vez, ao reordenar as finalidades, a organização curricular e a relação entre formação geral e itinerários formativos por meio de uma racionalidade neoliberal, estabelece trajetórias formativas distintas para os jovens da classe trabalhadora, o que atualiza a histórica dualidade educacional brasileira e reduz o acesso ao conhecimento científico sistematizado para perspectivas de formação "fragmentadas" e "fatiadas" em nome da flexibilização curricular (Araújo, 2019). A perspectiva é de uma formação que visa a inserção dos jovens em um mercado de trabalho marcado pela flexibilidade, pela instabilidade e pela intensificação da exploração do trabalho, reforçando as desigualdades sociais e corroborando para manter vivo os aspectos cruciais para o funcionamento do capitalismo periférico brasileiro (Fernandes, 2020).

Assim, entende-se que a concepção de formação que orienta a reforma do Ensino Médio participa da própria disputa pela direção da sociedade. Usando como chave analítica uma formulação do pensamento gramsciano, esse movimento pode ser entendido como parte da produção de um "novo tipo humano" (1980; 2000), isto é, da necessidade de formar sujeitos adequados às formas históricas assumidas pela organização social e produtiva, o que provoca desafios e disputas para projetos de escolarização das juventudes da classe trabalhadora, em particular a do campo, onde o direito à educação historicamente se confronta com a insuficiência da oferta pública e com concepções abstratas de cidadania que



não asseguram, em condições de igualdade, o acesso e a permanência dos/as trabalhadores/as e das juventudes do campo (Arroyo; Caldart; Molina, 2011).

Diante desse cenário, o campo de estudo nos direciona para uma problemática que requer compreender os limites postos para que a demanda histórica por Ensino Médio do campo se efetive como política pública considerando as disputas que envolvem as recentes reformas dessa etapa de ensino. Em termos gramscianos, as disputas de projetos distintos, podem ser compreendidas no terreno da hegemonia, no qual diferentes projetos procuram produzir direção sobre a sociedade e, nessa perspectiva, a escola constitui um espaço estratégico da "guerra de posições", na medida em que participa da formação intelectual dos sujeitos e da produção de determinadas formas de compreender e atuar sobre a realidade, podendo produzir, reproduzir e/ou disputar concepções sociais e educacionais (Gramsci, 1980; 2006).

No estado do Pará, essa disputa assume particularidade na constituição da política de Ensino Médio do Campo, instituída pela Secretaria de Educação por meio da Resolução nº 753/2023, como oferta às populações do campo, das águas e das florestas e fundamentada em princípios da Educação do Campo e nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Sua emergência ocorre no contexto da Reforma do Ensino Médio, mas também apresenta uma trajetória relacionada ao acúmulo histórico de experiências de escolarização dos sujeitos do campo no Pará, particularmente a EJA Médio Campo, as mobilizações do Fórum Paraense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas e as experiências do ProJovem Campo – Saberes da Terra.

A análise inicial dos documentos normativos dessa política evidencia a incorporação de referências historicamente produzidas pelas lutas da Educação do Campo, especialmente aquelas relacionadas à valorização dos sujeitos e território, e uma organização de ensino sob a Pedagogia da Alternância. Porém, observa-se que sua institucionalização ocorre sob as determinações mais amplas da política educacional, mantendo-se atravessada pelas exigências de organização curricular e pelos sentidos de formação produzidos no contexto da última reforma do Ensino Médio, configurando-se, assim, como uma política atravessada por diferentes determinações e correlações de forças.



Dessa forma, permanece o desafio histórico de construir e materializar uma política de Ensino Médio do Campo capaz de disputar a hegemonia. O desafio, portanto, não se restringe à institucionalização da oferta de Ensino Médio nesses territórios, mas envolve disputar, nas condições concretas de sua materialização, os sentidos do processo educativo e do projeto formativo que o orienta, tensionando aqueles subordinados à lógica do capital e afirmando as dimensões formativas construídas historicamente no âmbito da Educação do Campo.

Palavras-chave: Amazônia; Educação do Campo; Ensino Médio do Campo; Reforma do Ensino Médio;

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo M. de Lima. Ensino Médio Brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107–122, 2019.

ARROYO, Miguel. Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. 9ª reimpressão, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. **Resolução n.º 3/2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2018

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. Trabalho, Educação, Saúde: Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2020.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória Nº 746/2016: Estado, Currículo e Disputas por Hegemonia. **Educação & Sociedade**. v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018. p. 25–42.

GRAMSCI. Antonio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Rio de janeiro: Civilização Brasileira. 4ª edição, 2006. Pp. 13-53

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política, e o Estado moderno**. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo. 4. Ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 22. Americanismo e Fordismo. In: **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, 2000.

PARÁ, Secretaria Estadual de Educação do Pará. **Guia pedagógico do Ensino Médio Regular** Campo - NEM CAMPO. SEDUC/SAEB/DDI/CECAF, 2024.